

## 5. Conclusão

A busca da paz vem caracterizando os sucessivos governos, desde a administração Belisario Betancur (1982-1986), e foi o elemento principal da campanha de Andrés Pastrana. Uma vez eleito, sua política se mostrou bastante personalista, desde a escolha dos dois negociadores. Houve um êxito concreto na liberação de aproximadamente trezentos soldados e policiais, como resultado de um acordo humanitário. No entanto, a relação agudamente conflituosa já se estendia por muito tempo. Nestas condições, os atores podem desgastar-se e, eventualmente, esgotar qualquer perspectiva de alcançar a vitória militar sobre o oponente. Se assim fosse, a oportunidade se mostraria propícia para a imediata abertura de um processo de negociação. Mas, à medida que as partes apelavam para a força, davam evidências de que não acreditavam que tal perspectiva houvesse se esgotado (Hartzell, 1999; Wallesteen, 2002).

A correlação de forças, por si só, não continha as condições para impulsionar qualquer acordo de modo pacífico – nem mesmo o acordo necessário de cessar-fogo, o qual estava particularmente comprometido pelas memórias do extermínio ocorrido durante a UP, quando houve uma tentativa guerrilheira de participar legitimamente do jogo político. O reconhecido impasse entre os dois lados para alcançar um acordo determinou uma especificidade ao processo de paz, no decorrer dos seus quatro anos. Como foi demonstrado, dentre os incentivos para negociar, havia as garantias de segurança a serem oferecidas aos ex-combatentes que deixassem as armas para ingressar na vida política. Tais garantias, todavia, padeceram da indisposição do governo de enfrentar a oposição sobretudo dos paramilitares e das Forças Armadas (Hartzell, 1999; Kelman, 1997, Zartman, 1997).

Ainda que nenhuma das partes em conflito pudesse se apresentar para negociar na condição de um grupo homogêneo ou monolítico, o progresso dos diálogos demonstrou a necessidade de controlar o pluralismo existente em ambos os lados, de modo a tornar os atores minimamente coesos. Tratava-se de um

conflito cuja resolução pacífica requeria das partes uma nítida demonstração de que havia disposição para negociar, a qual, de antemão, levaria à ampliação da mesa. Um mediador, neste caso, traduziria o alvo de lograr uma efetiva aproximação entre os atores, à medida que pudesse influir positivamente para que os dois lados abrissem mão de posições intransigentes e extremas, em favor de outras mais flexíveis e conciliadoras (Isacson, 2003; Otero, 2003; Wall Jr & all, 2001).

Apesar dos incentivos provenientes do âmbito doméstico e internacional capazes de impulsionar o processo de paz, a iniciativa de Pastrana sucumbiria diante de fatores tais como a excessiva desconfiança entre os atores, a conduta pouco estratégica e muito improvisada, a ausência de coesão interna nos dois lados do diálogo e a opção pela exclusão deliberada de terceiros atores importantes ao progresso do processo de paz.

Todavia, as nuances da teoria ora considerada permitem construir cenários e estabelecer ações pró-ativas e estratégias com chance de sucesso. Resta à Colômbia, em meio a toda a tragédia e à desesperança, traçar um diagnóstico amplo das particularidades desse conflito de interesses, de modo a informar, com sabedoria, a implementação oportuna de ações eficazes que levem à resolução do grave conflito e à revitalização dos sistemas político, econômico e social.